

INTRODUÇÃO

José Luís Garcia

Em Dover, Inglaterra, a 29 de Junho de 2000, os cadáveres de 54 homens e quatro mulheres de origem asiática foram descobertos, no decurso de uma inspecção policial, na parte traseira de um camião holandês procedente da Bélgica, por detrás de caixas de tomates. Apenas duas pessoas sobreviveram a um trajecto de aventura, medo e asfixia, um percurso cada vez mais comum em busca de uma oportunidade, de fuga à miséria, à guerra ou à tirania. Naquela que é uma das principais vias de entrada de imigrantes sem documentos no Reino Unido, 58 pessoas sucumbiram ao depositarem a vida, no que foi um instante fatal do seu destino, nas mãos de uma das redes de comércio de pessoas em larga escala na Europa, escondidas e enclausuradas num contentor hermético sem luz nem ar. São redes dispostas a operar num quadro de factores que, sendo decerto complexos e tentando evitar todo o maniqueísmo, envolvem pelo menos, nos seus interstícios de penumbra, permissividade, hipocrisia e crime, o desespero e, porventura, a ilusão de seres humanos quase sem outra alternativa de dignidade que não a de procurar uma qualquer hipótese de trabalho nos piores lugares do mundo laboral dos países ocidentais; a insolidariedade, os preconceitos e os receios de populações — as do ocidente europeu — que têm vivido as circunstâncias mais prolongadas no tempo e mais alargadas socialmente em termos de índices favoráveis de consumo alimentar, conforto e paz alguma vez conhecidos na história da humanidade; a incapacidade moral e ideológica dos políticos em romper com o “colete-de-forças” dos preconceitos das opiniões públicas eleitorais das quais também dependem; e a acção dos “empreendedores” económicos e “empregadores” que, sem qualquer tipo de escrúpulos e agindo fora e dentro da economia dita subterrânea ou paralela, incentivam a procura daquela mão-de-obra perseguida, pobre e desprotegida e se servem da acção de tais redes. Para o Estado, o imigrante “sem papéis” não tem existência — eis uma expressão que aponta para a presença, senão permanente, pelo menos latente, na política e no agir contemporâneos, de uma concepção de homem reduzida a um simples corpo.

Trata-se, sem dúvida, de uma realidade demonstrativa de que a humanidade não aprende nada de uma vez para sempre; que os índices de escolaridade e o “consumo cultural” não têm a ver com os princípios morais; que a riqueza alargada

— mesmo daqueles que antes experimentaram a pobreza — não gera a bondade; que o clima de paz e a liberdade política não impelem sequer à mera solidariedade com quem foge das guerras que se perpetuam e dos massacres continuados; que é muito difícil — sem a acção continuada no espaço público de grupos que propõem debates, ideias e valores, os quais, por sua vez, também não são imunes às vantagens da visibilidade, do prestígio, da burocracia, do poder e do dinheiro — que os homens se coloquem no lugar dos outros homens e se imponham a si próprios o regime de alguma memória, coerência e a ideia de limites. O “condomínio fechado” parece ser a metáfora moderna do homem sitiado nos muros do seu solipsismo, egoísmo e mundanidade, sem coragem diante da sua condição precária, fugindo para a frente na escatologia de todos os tipos de progresso prometidos e de todas as melhores condições sonhadas, sem firmeza para se salvar com decência do agir que provem de confusamente se perceber finito. Assinalando a mesma questão, Hans M. Enzensberger propõe-nos, com imenso propósito e precisão, a parábola do barco salva-vidas que recolheu tantos naufragos que esgotou a lotação, embora tenha ainda, em seu redor, num mar em tempestade, muitos outros sobreviventes que tentam não morrer afogados. O autor interroga-se: “Como é que se devem comportar os passageiros do barco? Devem golpear e desprender as mãos do próximo, que se agarra às bordas do barco? Isso é assassinio. Recolhê-los? Então o barco afundar-se-ia com todos os sobreviventes. Este dilema pertence ao repertório-tipo da casuística. Os filósofos da moral, e todos os outros que se debruçam sobre este tema, não deparam habitualmente com estas situações, uma vez que estão bem sentados e enxutos. Mas é precisamente neste ‘senão’ que falham todas as considerações abstractas, independentemente da conclusão a que chegam.”¹

Porque o drama de Dover não é um caso isolado na Europa. Em Outubro de 1996, 27 indivíduos que tentavam chegar a Espanha faleceram, nas águas do estreito de Gibraltar, quando se afundou o pequeno barco em que viajavam; em Dezembro do mesmo ano, um barco com mais de 120 imigrantes indocumentados chocou intencionalmente com outro que transportava também cerca de 300 imigrantes provocando um naufrágio trágico entre a Sicília e Malta; em Março de 1997, 11 imigrantes do Magrebe morreram em Espanha quando o camião que os transportava, ao viajarem escondidos entre garrafas, se virou; em Março de 1999, a polícia de Marrocos localizou a 40 quilómetros de Tânger os cadáveres de 13 pessoas que se afogaram quando tentavam chegar a Espanha num bote; em Agosto de 1999, mais 38 pessoas vindas de Marrocos morreram, próximo de Melilla, quando a sua pequena embarcação se afundou; em Maio de 2000, 12 africanos subsaharianos morreram ao naufragar o barco onde viajavam quando tentavam atingir as costas da ilha de Fuerteventura; no mesmo mês, outros seis imigrantes morreram no naufrágio de uma lancha pneumática que transportava 29 pessoas quando estavam a chegar a Tarifa, Espanha. Estes são alguns casos europeus conhecidos e noticiados, ocorridos apenas nos últimos anos.

Em cada ano, segundo a Organização Internacional das Migrações (OIM), um organismo com sede em Genebra, entre 300.000 e 500.000 imigrantes sem documentos cruzam as fronteiras europeias. Mas, como é evidente, as cifras reais são completamente desconhecidas. Em 1999, em Dover, 21.000 pessoas tentaram entrar no

Reino Unido escondidas em vários tipos de veículos; e nos dois meses anteriores à morte dos 58 imigrantes de origem asiática, 178 camionistas foram multados por cometerem a infracção de transportar passageiros sem documentos. Em Espanha, nas costas de Cádiz, nos primeiros seis meses de 2000, foram interceptadas 4.295 pessoas, o que supõe um aumento de 460% relativamente ao ano anterior. Quase todos os dias, os jornais em Espanha noticiam a detenção de imigrantes que pretendem entrar na Europa pelo estreito de Gibraltar. No canal de Otranto, na costa italiana, a rota da imigração é percorrida perigosamente sobretudo por populações curdas e albanesas. Insistindo ainda nas cifras, sem ignorar que as determinantes das correntes migratórias não radicam apenas na pobreza e que os fluxos não provêm somente de África mas também da Ásia, do Próximo Oriente e dos países e nações do antigo bloco de leste, na mesma altura que foi noticiada a tragédia de Dover, o Banco Mundial, num relatório de 292 páginas elaborado em conjunto com as Nações Unidas e diversas instituições africanas, deu a conhecer dados que desenhavam um cenário de catástrofe na África subsahariana: a produção económica colectiva dos 48 países dessa região não é muito maior que a da Bélgica; a sua contribuição para o PIB mundial é apenas 1%; representa simplesmente 2% do comércio internacional; a participação na exportação global de bens manufacturados é praticamente nula; menos de metade da população tem acesso a água potável ou a algum tipo de serviço de saúde; apenas 16% das estradas estão asfaltadas; mais de 25% da população de países como o Botswana e o Zimbábue está infectada com o vírus da sida, apenas uma em quatro raparigas frequenta a escola primária nas zonas rurais; desde 1960 que o tempo de escolarização das mulheres apenas aumentou um pouco mais de um ano; o desemprego cresce mais depressa que em qualquer outra parte do mundo e atinge sempre mais de 20% da população... Faltam ainda os dados das guerras, dos massacres, dos mortos, dos refugiados, dos estropiados, dos desastres naturais e daqueles que relatados como naturais são em grande medida consequência de decisões políticas e económicas dos tiranos, dos corruptos e também dos conselheiros ocidentais. E, enquanto a União Europeia prossegue a sua orientação — na lei — de se fechar à imigração, um recente estudo da ONU indica que, afinal, regressando à imagem utilizada, “o barco não está cheio”: a Europa terá necessidade de receber no próximo quarto de século perto de 160 milhões de trabalhadores estrangeiros para atenuar a falta de mão-de-obra decorrente do decréscimo da natalidade. Mesmo sem perder a noção que uma tal quantidade de pessoas implicará sempre um número superior de entradas — os imigrantes, em princípio, ainda têm familiares e ainda têm liberdade para escolher outras actividades que não sejam as que se ajustam liminarmente às necessidades e interesses das sociedades de acolhimento —, o que colocará problemas acrescidos aos sistemas de segurança social, há muito que se sabe que a ideia de que “o barco está cheio” não tem correspondência com a realidade e que o seu uso se fica a dever ao poder espectral que põe em movimento. É precisamente este facto que impressiona e nenhum outro. Esta constatação encontra-se no desenvolvimento que Enzensberger faz da sua parábola: “Pelos vistos, muitos europeus ocidentais julgam encontrar-se em perigo de vida, pois comparam a sua situação à dos naufragos. A metáfora está, por assim dizer, invertida. São os primeiros ocupantes que se convencem

que são *boat people* em fuga, emigrantes do porão ou albaneses famintos num navio-fantasma superlotado. O terror do mar, que desta maneira leva à alucinação, serve para provocar um comportamento que só é concebível em situações extremas. As mãos decepidas da parábola deixam de poder cumprir. “²O fantasma que é colocado em movimento alimenta uma falsa situação do tipo penal “estado de necessidade desculpante”: como se sabe, age sem culpa quem pratica um acto condenável para afastar um perigo que não pode ser resolvido de outro modo (mas mesmo neste género de circunstâncias impõe-se que não seja razoável a exigência de um comportamento distinto à luz do caso). O estrangeiro, o estranho, não é o outro que nos é alheio, mas o outro em nós, o outro que habita o mesmo; tal como na série cinematográfica *Aliens*, o mal desenvolve-se na condição humana; o mal está dentro de nós, como sempre esteve e nunca deixou de estar. Como escreveu Viriato Soromenho-Marques, “o mal não tem uma essência diabólica, ontológica e separada”: “O mal está em nós, na nossa fragilidade, na nossa escolha deliberada do que queremos e não queremos ver. Uma vez não queremos ver o sofrimento dos que nos são próximos e contemporâneos. Quase sempre nem sequer queremos ser incomodados com a antecipação dos sofrimentos que vão afectar as gerações futuras...”³

Os números, os dados quantitativos, por mais úteis que às vezes se revelem, não são nunca seres humanos, não são pessoas. As pessoas têm toda uma vida que não pode ser confundida com cifras, que desaconselha qualquer tentativa de a narrar centrada em formas métricas. Tendo começado por ser uma viagem, o itinerário de todo o migrante é ditado pela aventura — aventura no sentido dado por Simmel, isto é, como experiência daquele que abandonou a inércia existencial e se abre a cada partícula da vida como um todo. Assim, talvez não seja de dissociar o facto de estar por fazer a memória de um dos maiores processos migratórios da história recente portuguesa — a dos anos 60 — com uma certa incapacidade colectiva para interpretar de outro modo que não o insolidário e, por vezes, violento a imigração estrangeira que chega a Portugal, mas também a Espanha ou Itália, para só falar dos países do Sul. Não é também necessário partilhar a tese da “constante estrutural” da emigração portuguesa, um argumento reducionista — este, sim, constante, de Severim de Faria a Herculano e Oliveira Martins, de Magalhães Godinho a Joel Serrão, como nota Robert Rowland numa discussão sobre as dinâmicas e os modelos da emigração em Portugal —⁴ que atribui as causas da emigração a factores persistentes que associam pobreza, salários baixos e falta de emprego a “sangria” emigratória de uma população excedente, para vir a fazer a arqueologia de dar nome a quem o perdeu, de fixar em palavras, imagens, artefactos, a experiência da emigração portuguesa da segunda metade do século XX nos países centrais da Europa ocidental. Investigações recentes indicam com segurança a existência de processos emigratórios que não estão directa ou unilateralmente relacionados com situações recessivas e de crise mas a períodos de expansão económica e demográfica. Estando ainda por aprofundar as perspectivas abertas por esta hipótese, bem como a concatenação entre os dois padrões, segundo Rowland, aquele seria o caso do “modelo que parece ter emergido no Noroeste português durante os séculos XVII e XVIII, e que é emblematicamente representado pela figura dos brasileiros do Minho”.⁵

Salvaguardando-me, portanto, da linearidade referida, e afastando-me também das teses que absolutizam o argumento da correlação entre o ideário autárquico do salazarismo e a ausência de industrialização para compreender o hiato entre o tipo de desenvolvimento dos principais países da Europa ocidental e Portugal (Brandão de Brito é particularmente elucidativo a este respeito),⁶ não é descabido ligar a emigração de massas dos anos 60 com a fuga à miséria, à guerra e à tirania, ou às três juntas mais o obscurantismo torpe. O lastro da persistência, extensividade e severidade da pobreza, bem como os índices de analfabetismo, insucesso e abandono escolar — questões que analisei recentemente num outro livro —⁷ continuam a acompanhar-nos de tal modo que se torna difícil entender a amnésia colectiva perante fenómenos como o do transporte clandestino para Espanha e depois França e Alemanha, às mãos de redes mafiosas que cobravam caro e corrompiam as polícias, de portugueses escondidos em grupos no interior de camiões; o trabalho pouco qualificado que esperava os emigrantes, nas obras, na serventia das fábricas e como empregadas domésticas; o tempo de ócio transformado em horas extraordinárias para ostentar, no regresso episódico, automóveis e radiocassetes, e no fim de uma vida de trabalho permitir a aquisição de uma casa em Portugal que dificilmente atraía a vinda dos filhos que nasceram e cresceram já noutra país; a ausência de processos de integração institucionais, num quadro de separação inicial da família, habitação degradada em bairros de barracas, barreira da língua, não reconhecimento de estatuto, ausência de direitos sindicais (mas estes também não existiam donde vinham), falta de protecção social... Foi assim, no estrangeiro, que uma parte dos portugueses do sector agrícola se transformou em operariado e passou a viver no mundo da cidade e do subúrbio (está ainda por fazer o balanço entre os portugueses que emigraram para França e Alemanha e os que migraram para as grandes cidades do país, pois ao contrário do mito do enriquecimento súbito tudo indica que os emigrantes se enganaram a si próprios e daí o investimento no ostentatório); foi neste contexto que se tornou necessário começar a incorporar massivamente gentes de África, primeiro para as obras do metro em Lisboa, depois para erguer os edifícios que, sob a batuta da especulação imobiliária, ausência de conceito, leis e fiscalidade, deu origem ao desordenamento do território e à desorganização suburbana tão patente na capital do país. A elite política anterior ao 25 de Abril de 1974 abriu as portas a esses imigrantes, “instalou-os” na miséria e em bairros de lata onde ainda permanecem; as elites políticas actuais, a par de medidas muito tímidas de promoção da integração na cidadania portuguesa, da dignidade habitacional e da escolarização dos imigrantes, emparceiram com o fechamento ditado pela orientação da União Europeia. E no que toca aos emigrantes portugueses quase nunca se lhes diz: já é hora de regressar para o vosso país, poremos à disposição meios que ajudem a vossa integração e dos vossos filhos.

A tarefa contra o olvido, com propósitos de divulgação e não propriamente de investigação, encontra-se presente no primeiro texto que compõe este volume — *A Emigração Portuguesa: Uma breve introdução*. Trata-se, com algumas alterações de tipo formal e de correcção de dados, da reedição de um escrito dirigido a um público alargado, por ocasião da EXPO de 1998 realizada em Lisboa, que tinha a oportunidade de visitar um pavilhão — sediado na bela réplica da fragata D. Fernando

e Glória — dedicado ao fenómeno emigratório e às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.⁸ O essencial deste texto foi também o suporte da realização de um CD-ROM que esteve disponível nesse pavilhão. Delinear sinteticamente e apresentar de forma acessível os grandes fluxos emigratórios que percorreram e marcaram a sociedade portuguesa, com recurso a investigações históricas e sociológicas, foi o objectivo desse trabalho, o qual, sem os pequenos erros que a pressa não pôde evitar, volta assim a estar aberto ao interesse de quem o queira ler. É, como se disse, um documento com objectivos de difusão que não pretende emparceirar com as investigações que foram o seu suporte e que estão abundantemente citadas (cabe aqui fazer uma chamada de atenção para os textos de David Higgs, Joel Serrão, Jorge Arroiteia, M. B. Rocha-Trindade, Maria Ioannis Baganha, Miriam Halpern Pereira), nem, tampouco, com os magníficos estudos, publicados recentemente, de Russel-Wood para o período entre os séculos XV e XVIII, fundamentalmente ligado ao processo de construção do império português, e de Robert Rowland para os séculos XIX e XX, relativamente ao Brasil, sem esquecer as pesquisas mais breves sobre o período contemporâneo de João Peixoto e Rui Pena Pires — estudos que integram o importante conjunto de volumes da *História da Expansão Portuguesa*, obra dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, que tem entre os seus vários méritos o de destacar os movimentos demográficos ligados às migrações no âmbito daquela problemática.

Precisamente, o quadro da expansão imperial portuguesa, não sendo isento de armadilhas, é deveras interessante para a focalização analítica particular da disseminação emigratória do país, assim como para enquadrar a parcela mais significativa da corrente de imigrados que se dirige actualmente para Portugal — os africanos vindos das antigas colónias portuguesas. Certas ideologias bem intencionadas mas nocivas, particularmente ligadas à denúncia reiterada, intemporal e pretensamente homogénea do passado colonial português e à propugnação do direito à diferença multicultural, têm por hábito propagandístico associar o movimento de perseguição que levou à expulsão dos judeus de Portugal e Espanha em finais do século XV e inícios do século XVI com a intencionalidade da expansão imperial dos dois países ibéricos. Perseguição dos judeus e campanha expansiva imperial com o objectivo da colonização revelariam, nessas interpretações, o intento e a raiz diferencialista que animou e anima o ocidente europeu ou, em concreto, esta parte do ocidente europeu. No entanto, tudo parece indiciar que a conquista de Ceuta e as campanhas marroquinas que se seguiram foram o momento final do espírito de cruzada e “com serviço a Deus” que esteve no processo de fundação de Portugal, cujas origens remontam, como expõe Mattoso, à conquista e agregação de áreas territoriais com poucos vínculos entre si e acentuadas diferenças culturais por parte de um poder político-militar centralizado que conseguiu transformar a antiga *civitas* romana, sueva e visigoda Portucale, bem como o condado que depois tomou o mesmo nome, num centro prioritário de reocupação e numa realidade político-administrativa — é importante sublinhar — não étnica.⁹ Corroborando a tese de que

as expedições militares a Marrocos constituíram o fim de todo um período, Russel-Wood mostra como entre meados do século XV e finais do século XVI terá ocorrido essa alteração de profundas repercussões: “Nos cento e cinquenta anos em consideração, verificou-se uma mudança do contexto em debate, que inicialmente se caracterizava por temas como o ‘serviço de Deus’, as modalidades cavaleirescas (honra e presas), as preocupações estratégicas e os interesses económicos, que se conjugavam entre si. Os factores políticos, económicos e estratégicos assumiram maior importância, embora o sentido de missão continuasse a ser importante. Dentro destes parâmetros geográficos, os Portugueses aplicaram políticas e práticas conducentes a uma presença portuguesa na África, na Ásia e na América.”¹⁰

A partir desse momento, segundo a hipótese que passo a avançar, um pouco paradoxalmente, ao mesmo tempo que o Portugal unitarista expulsa os judeus, a instalação de comunidades emigrantes nessas partes do mundo impulsiona um movimento de características principalmente universalistas. A investigação de Russel-Wood permite corroborar esta sugestão, mesmo quando analisa circunstâncias em que os portugueses se encontravam em condições de ausência de controlo colonial, em particular quando se articula tal pista com o comentário que a peculiar perspectiva antropológica de Emmanuel Todd abre para o mesmo tipo de processo (expulsão dos judeus e expansão imperial) em Espanha. Com efeito, são de Russel-Wood as seguintes palavras finais do texto anteriormente citado: “Nas áreas onde se encontravam implantadas as colónias, sobretudo nas áreas da costa atlântica, os Portugueses detinham o controlo. Porém, onde só se verificava uma presença portuguesa, nomeadamente no Estado da Índia, a natureza desta presença era largamente condicionada por factores que escapavam ao controlo dos Portugueses, como o grau de aceitação demonstrado pelos povos não europeus e pelos seus chefes. Os Portugueses, por seu lado, tiveram de pôr de lado noções preconceituosas de ‘alteridade’ no desenvolvimento de relações com não europeus e não católicos, e foi a sua capacidade em fazê-lo que lhes permitiu interagir, desenvolver sociedades e criar a convivência.”¹¹

É sabido e reconhecido que este processo, que implicou uma matriz universalista nos lugares onde os portugueses se instalaram, segundo o ponto de vista que aqui defendo, foi feito com imensa crueldade, escravagismo, massacres e espoliação — em que portugueses e outros povos ocidentais tiveram o auxílio de populações autóctones, como ocorreu com o tráfico de escravos nas costas de África — fenómenos que não são motivo de orgulho de ninguém, embora deva ser igualmente lembrado que não se conhece nenhum grupo humano à face da Terra que esteja incólume de ter exercido violência sobre outros grupos humanos. O excelente estudo do eminente historiador indiano Subrahmanyam Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, vencedor *ex-aequo* com outra obra, em 1994, do Prémio Internacional de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa instituído pela Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, é bastante eloquente a respeito da violência exercida pelos portugueses.¹² No entanto, será devido à matriz cultural universalista subjacente à experiência histórica da expansão, por analogia com a posição formulada por Todd para o caso de Espanha, que o Portugal dos nossos dias não experimenta o anti-semitismo do passado e, sobretudo,

nunca mais, após o seu passado medieval, experimentou sentimentos e movimentos como os que ocorreram na Alemanha sob a influência do nazismo.¹³ O prisma diferencialista que perseguiu os judeus terá marcado um certo ocaso numa configuração radicalmente inigualitária e autoritária herdeira dos sistemas antropológicos do norte, própria dos pequenos reinos cristãos que asseguraram a liderança da reconquista aos árabes e em que a estrutura familiar, valorizada devido ao impacto que origina no modo de vida concreto e ao seu papel de suporte de convicções ideológicas e religiosas, tem como principal característica o princípio do herdeiro único em meio camponês. Aquela configuração terá perdido força à medida em que, na Península Ibérica, se foi estabelecendo a preponderância geográfica e demográfica do centro e do sul onde dominavam ideais igualitários de raiz romana e árabe.

Por sua vez, ao contrário de outras antigas potências imperiais, Portugal só nas últimas décadas terá começado a incorporar, com dimensão significativa, pessoas oriundas dos países com maiores vínculos históricos com Portugal — como os das ex-colônias, Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor — e a diversificar-se etnoculturalmente. Esta tendência recente vem confirmar o que Alejandro Portes assinala como sendo o movimento que as correntes migratórias percorrem em geral ao dirigirem-se dos países periféricos para os centrais — estes são os conceitos utilizados pelo autor — com os quais possuem experiência histórica comum e que são também responsáveis, em grande medida, pela difusão de novos desejos e aspirações.¹⁴ O repto da “importação” da diversidade etnocultural chegou agora a Portugal, país que sobressaiu pela “exportação” dessa diversidade, recordando um enunciado sugestivo de Hermínio Martins.¹⁵

A segunda parte do livro que agora se apresenta está exactamente dedicada ao estudo doxométrico dos modos de percepção e dos operadores elementares de diferencialismo relativamente aos imigrados em Portugal e à comunidade cigana. Tendo sido idealizado como mero relatório da aplicação de um inquérito sociológico por mim dirigido a convite da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, é um estudo ainda introdutório à problemática em causa e que, por ora, não tem correspondência, em termos interpretativos, com as possibilidades abertas pelos dados estatísticos trabalhados. De qualquer modo, não parecem secundárias algumas das principais conclusões enunciadas na análise, nomeadamente quanto aos operadores de diferencialismo dos portugueses. A formulação destes operadores fornece indicações e abre planos de perspectiva que contrariam fortemente certas convicções arraigadas. Deve ser sublinhado, neste âmbito, que o universo representacional dos portugueses sobre as relações inter-étnicas pode não se encontrar em consonância com o plano antropológico dessas relações: secundando Emmanuel Todd, é correcto sustentar que uma sociedade que apresenta um elevado grau de diferencialismo ideológico não tem necessária e correlatamente que se caracterizar por um enfraquecimento do sistema universalista.¹⁶ Pelas razões já expressas, julgo ser esse o caso de Portugal.